



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção escrita

Atendendo à queda das receitas brutas do jogo destes últimos oito meses, que atingiu uma média mensal inferior à meta de alarme, isto é, 20.000 milhões de patacas, o Governo da RAEM activou a primeira fase da política de contenção (o Secretário para a Economia e Finanças, Lionel Leong, afirmou numa entrevista que não ia afastar a possibilidade de reforçar a contenção das despesas se as receitas do jogo continuarem a registar quedas), com a qual se estima poupar 1400 milhões de patacas. Com vista a acalmar a população, o Governo sublinhou, várias vezes, que a contenção só vai incidir na redução das despesas e em nada afectará as políticas de beneficência. No entanto, a atenção da população está concentrada no plano de comparticipação pecuniária do próximo ano, se o respectivo montante vai ou não vai ser reduzido. É que o Governo pode não considerar o plano de comparticipação pecuniária como uma medida de beneficência, mas sim como medida para a partilha dos frutos do desenvolvimento económico, portanto, só quando há saldo é que é aplicada. Para determinadas pessoas, provavelmente, a comparticipação pecuniária não é assim tão importante, porque se trata apenas duma cereja no topo do bolo, mas para muitas pessoas das camadas mais baixas (aquelas que não recebem apoio financeiro do Governo), a comparticipação pecuniária serve para aliviar a pressão decorrente da inflação e das elevadas despesas com a habitação. Portanto, na perspectiva da população, o plano de comparticipação pecuniária também é uma medida de beneficência importante. Recordando as palavras do ex-Chefe do Executivo,



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Edmund Ho, o plano de comparticipação pecuniária não é uma distribuição de “rebuçados”, mas sim de “analgésicos”. E uma vez que ainda não foi erradicada a fonte das “dores”, nem o Governo dispõe de qualquer solução para erradicar essa fonte, se de repente se parar com a distribuição de “analgésicos” ou se reduzir a dose do medicamento, a vida de muitas pessoas vai ficar ainda mais sobrecarregada. Pelo exposto, a população está muito preocupada com o referido plano, se este se vai manter e se o respectivo montante vai ser reduzido.

O que o Governo pretende fazer, através da dita política de contenção, é poupar apenas 1400 milhões de patacas, um valor praticamente insignificante perante os 83.000 milhões de patacas da despesa total orçamentada para este ano. De facto, muito poucas são as nozes para tantas vozes! Entretanto, uma questão que merece a nossa ponderação é a implementação dessa contenção, uma vez que o Governo sublinhou que não vão ser reduzidos nem os benefícios nem os investimentos. Isto é um pouco preocupante!

Como é sabido, as obras públicas de Macau sofrem de três “doenças incuráveis”: derrapagens orçamentais, atrasos e má qualidade. E muitas vezes, nas obras públicas de grande envergadura, essas derrapagens são francamente assustadoras. Por isso, se o Governo da RAEM pretende mesmo reduzir as despesas, não precisa de cortar numa despesa específica, basta que controle, com todo o rigor, o orçamento das obras, evitando as derrapagens orçamentais ou então, no mínimo, manter as derrapagens em



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

níveis aceitáveis, se assim o fizer conseguirá, sem dúvida, poupar mais do que 1400 milhões do erário público. O Governo chegou mesmo a garantir que não vai reduzir os investimentos, portanto, isto quer dizer que a “porta” das derrapagens orçamentais nas obras públicas vai continuar aberta, por outras palavras, por meia dúzia de pardais deixa-se fugir o açor. Isto é mesmo uma brincadeira de crianças!

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O plano de comparticipação pecuniária já se aplica há vários anos e transformou-se num apoio indispensável para muitos cidadãos, para aliviar a pressão decorrente da inflação e elevadas despesas com a habitação. O plano de comparticipação pecuniária faz parte das medidas de beneficência que o Governo afirmou que não iam ser afectadas pela política de contenção?

2. Na perspectiva de muitos cidadãos, para resolver o problema das derrapagens orçamentais nas obras públicas, especialmente a loucura dos excessos nas obras de grande envergadura, basta o Governo da RAEM proceder a um controlo rigoroso, que o vai levar a conseguir poupar muito dinheiro do erário público. E a propósito das derrapagens orçamentais, o Governo já está a aplicar medidas rigorosas para tentar, o mais possível, poupar dinheiro do erário público? Em caso afirmativo, quais são em concreto essas medidas?



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

3. Os diversos serviços já estão a elaborar os seus orçamentos financeiros para o próximo ano. O Governo emitiu instruções para a elaboração dos orçamentos? E quanto ao orçamento geral para o próximo ano, de que planos dispõe o Governo?

30 de Setembro de 2015.

O Deputado à Assembleia Legislativa da Região
Administrativa Especial de Macau,
Au Kam San